

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 6964/2020

1. OBJETIVO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem como objetivo a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de controle de insetos e animais sinantrópicos (dedetização, descupinização e outros) em ambientes internos e externos das unidades e setores que compõem a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde.
- 1.2. Tipo: Menor preço GLOBAL, observando os valores unitários por M², nos termos da Lei 8666/93;
- 1.3. Demanda: Em cumprimento a Lei Estadual nº 7806/2017, artigo 6º, inciso II, os serviços a serem prestados de controle de vetores e pragas urbanas serão realizados mensalmente;
- 1.4. Fundamentação legal: Pregão Eletrônico com base na Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;
- 1.5. Período: 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento contratual;

2. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para a contratação de serviços que visam à composição e organização das Unidades e Dispositivos que compõem sua estrutura.
- 2.2. A presente contratação possui o fito de exterminar todo e qualquer tipo de inseto, praga e roedor em todas as áreas (construídas e externas) das Unidades e Dispositivos de Saúde, buscando manter os ambientes de trabalho em bom estado de salubridade e descontaminação, tanto para a segurança pessoal dos servidores quanto para os usuários do SUS, como também para manter a conservação dos bens destas unidades.
- 2.3. Com a contratação em apreço a Administração Pública espera propiciar a manutenção das condições ambientais e dos imóveis disponibilizados aos seus servidores,

colaboradores e usuários do SUS, evitando os riscos de contaminação por agentes externos que são eliminados por meio dos serviços, ora propostos.

2.4. O Controle de vetores e pragas é "o conjunto de ações preventivas e corretivas de monitoramento ou aplicação, ou ambas, com periodicidade minimamente mensal, visando impedir de modo integrado que vetores e pragas urbanas se instalem ou reproduzem no ambiente."

2.5. Assim, a prestação dos serviços não são apenas inserções de agentes químicos, mas também o controle do ambiente com a manutenção da limpeza e higienização adequada. A monitoração com ou sem a aplicação de agentes químicos deverá ser realizada mensalmente a fim de evitar a reprodução e ou instigação de pragas e vetores, com a geração de relatórios e mapa de visita com as devidas descrições de medidas adotadas.

3. DO QUANTITATIVO

3.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

CATSER	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
3417	1	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de controle de insetos e animais sinantrópicos (dedetização, desratização, descupinização e outros) em ambientes internos e externos das unidades e setores que compõem a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde.	MÊS	12
SUBITEM		UNIDADE REQUISITANTE	ÁREA CONSTRUÍDA (M²)	ÁREA EXTERNA (M²)
1.1		HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO E ANEXOS – Rua General Osório, 324 – Centro – Nova Friburgo/RJ.	13.463	7.300
1.2		HOSPITAL MATERNIDADE DR. MARIO DUTRA DE CASTRO – Trav. Antonio Fernandes Moreira, 12 – Centro – Nova Friburgo/RJ	3.395	365



1.3	Posto de Saúde Toney Kassuga - Rua Vicente Sobrinho, s/nº - Olaria Nova Friburgo/RJ	517	1.450
1.4	Policlinica Centro - Dr. Sylvio Henrique Braune Rua Plinio Casado, s/nº - Centro Nova Friburgo/RJ	971	948
1.5	Policlinica Norte - Dr. Waldir Costa - Rua José Ernesto Knust , 184 – Cons. Paulino Nova Friburgo/RJ	376	688
1.6	UBS Cordoeira - Dr. Ariosto B. de Mello - Rua Darcilia dos Santos, s/nº - Cordoeira - Nova Friburgo/RJ	244	571
1.7	UBS São Geraldo- José Copertino Nogueira - Rua Antonio Augusto dos Reis Júnior - São Geraldo - Nova Friburgo/RJ (02 caixas de 1.000l/01 cisterna de 10.000)	286	368
1.8	ESF DE AMPARO - R. Rival Gripp, nº 75 – Amparo- Nova Friburgo/RJ	200	530
1.9	ESF DE BOA ESPERANÇA - Boa Esperança- 5º Distrito- Nova Friburgo/RJ	66	48
1.10	ESF - CAMPO DO COELHO – Rua Jones Muniz- Campo do Coelho- 3º Distrito	200	1.200
1.11	ESF DE CENTENÁRIO – Rua João Cabral Sobrinho, S/N- Conquista – Nova Friburgo/RJ	276	776
1.12	ESF DE LUMIAR - R. Guilherme Eugênio Spitz –S/N- Lumiar- 5º Distrito- Nova Friburgo/RJ	136	206
1.13	ESF DE MURY – AV. Hamburgo- S/N- Mury- Nova Friburgo/RJ	200	100
1.14	ESF DE NOVA SUIÇA - R. Moises Moraes Filho-S/N- Nova Suíça- Nova Friburgo/RJ	187	195
1.15	ESF DE OLARIA I - R. Xingú, nº 02 – Alto de Olaria- Nova Friburgo/RJ	93	18
1.16	ESF DE OLARIA II - R. Espírito Santo, nº 9 – Alto de Olaria- Nova Friburgo/RJ	138	30



1.17	ESF - OLARIA III - (Amarelinho) - R. Augusto N. Rodrigues, nº 59 – Alto de Olaria- Nova Friburgo/RJ	262	100
1.18	ESF DE RIO BONITO - Rio Bonito de Lumiar- 5º Distrito- Nova Friburgo/RJ	219	50
1.19	ESF DE RIOGRANDINA - Pça Nossa Senhora do Rosário, s/nº – Riograndina- 2º Distrito- Nova Friburgo /RJ	210	65
1.20	ESF DE SÃO LOURENÇO - Est. São Lourenço, 5º Distrito – NF/RJ	158	140
1.21	ESF DE SÃO PEDRO DA SERRA - R. Rodrigues Alves, nº 75 - S. P. da Serra – 7º Distrito- N. Friburgo/RJ	203	116
1.22	ESF DE STUCKY – Rua Acedimiro Bussinger, s/nº- Vale do Stucky- Nova Friburgo/RJ	82	22
1.23	ESF DE VARGEM ALTA - Est. João Heringer, s/nº - Vargem Alta – Nova Friburgo/RJ	159	282
1.24	ESF DE VARGINHA - R. Francisco Lopes, s/nº - Varginha- Nova Friburgo /RJ	140	26
1.25	ESF DE TERRA NOVA- Rua Eugênia de Almeida Maia, nº 110- Conselheiro Paulino- Nova Friburgo- RJ	70	22
1.26	ESF DE CONQUISTA- Estrada Albino de Sá Martins- Conquista- Nova Friburgo-RJ	120	160
1.27	ESF DE CORDOEIRA- Rua Darcília dos Santos, S/N- Cordoeira- Nova Friburgo- RJ	40	571
1.28	CAPSII	327	330
1.29	CAPS i	379	570
1.30	CAPS AD	201,38	502
1.31	SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - Rua Augusto Cardoso, 62 – Centro – Nova Friburgo/RJ	314	446



1.32	CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR (CEREST)- Avenida Euterpe friburguense, 96 - Nova Friburgo/RJ	91,2	0
------	--	------	---

4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços de dedetização, descupinização e desratização nas instalações das unidades e setores pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde (áreas internas e externas), deverão contemplar o fornecimento de material, ferramentas, utensílios e equipamentos, devendo ser realizados em todos os ambientes dos respectivos prédios, tais como: gavetas, mesas, armários, prateleiras, rodapés, caixas de Gordura, luz e gás, esgotos, lixeiras, sanitários, ralos, banheiros, copas, portais, depósitos, estoques e outros locais determinados pela CONTRATANTE.

4.2. A prestação dos serviços não são apenas inserções de agentes químicos, mas também o controle do ambiente com a manutenção da limpeza e higienização adequada. A monitoração com ou sem a aplicação de agentes químicos deverá ser realizada mensalmente a fim de evitar a reprodução e ou instamento de pragas e vetores, com a geração de relatórios e mapa de visita com as devidas descrições de medidas adotadas.

4.3. Para a prestação dos serviços deverão ser utilizados produtos que tenham registro no Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária e outros conforme legislação em vigor, tudo em cumprimento ao artigo 7º da lei estadual nº 7806/2017.

5. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1. Os serviços deverão ser realizados mensalmente respeitando o cronograma de atividades que deverá ser apresentado pela CONTRATADA antes da assinatura do instrumento contratual, considerando ser a parte que dispõe da expertise necessária à prestação dos serviços, ora contratados. Os serviços deverão ser realizados em períodos apropriados, visando evitar danos à saúde dos servidores e pacientes, que circularão nos ambientes após a aplicação dos produtos.

5.2. Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados, devidamente equipados com os EPI's adequados para o serviço.



5.3. A CONTRATADA deverá contatar o fiscal do contrato referente a cada Unidade e Dispositivo de Saúde a fim de agendar o melhor dia e horário para a execução dos serviços.

5.4. Caso seja necessário afastar móveis para aplicação de produtos, o afastamento deverá ser feito pela empresa contratada. Sendo afastados os móveis, a empresa contratada também deverá, após a aplicação dos produtos, devolvê-los ao lugar de origem.

5.5. Desde que respeitados as determinações deste Termo de Referência, a empresa poderá realizar o serviço da forma que considerar a mais adequada, devendo, porém, responsabilizar-se pelas consequências do uso irregular dos produtos.

5.6. O cronograma dos serviços, bem como suas localidades prioritárias será identificado pela CONTRATADA, a qual deverá identificar o produto ou meio mais eficaz para aquela área a ser dedetizada, não havendo distinção de preços para o material e/ou meio à ser empregado.

5.7. A empresa CONTRATADA receberá um valor fixo mensal pela prestação dos serviços, o qual levará em conta o valor correspondente a metragem das áreas interna e externa de cada Unidade Requisitante. Desta feita a Administração arcará com o valor fixo mensal de cada Unidade e Dispositivo de Saúde, consoante seus respectivos programas de trabalhos e dotação orçamentária, respeitando o valor correspondente a metragem da área interna e externa.

6. DAS TÉCNICAS DE APLICAÇÃO

6.1. Pulverização (spray): Emprego de bomba de alta pressão, com pulverização em leque, atingindo 30% de amplitude, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos, com aplicações em todos os rodapés (internos e externos), banheiros, portais, caixas de gordura, luz e gás, esgotos, lixeiras, sanitários, ralos, depósitos, estoques etc.

6.2. Iscagem: Para controle de roedores e formigas, de ação cumulativa, aplicadas em áreas secas, com aplicações em grelha, pátio, esgotos, subsolo, etc.;

6.3. Gel: inseticida à base de hidrometilona, empregado em locais que inviabilizam a aplicação líquida como gavetas, mesas, armários, arquivos, prateleiras e nos locais que justifiquem essa aplicação;

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO (FORNECEDORES)

7.1. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Termo de Referência.

7.2. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

7.3. É vedada a participação de um mesmo representante legal para mais de uma empresa ou firma, sendo admitido somente um representante por proponente.

7.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.5. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, ou participar do fornecimento:

7.5.1. Empresas em consórcio;

7.5.2. Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

7.5.3. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

7.5.4. Servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Município de Nova Friburgo, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

7.5.5. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Termo de Referência.



7.5.6. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

7.6. Os interessados, ou seus representantes legais, deverão comparecer nas instalações da Comissão de Pregão na data e horário estipulado, comprovando possuir poderes para formular propostas e para a prática de todos os atos do certame. É vedada a participação de um mesmo representante legal para mais de uma empresa ou firma, sendo admitido somente um representante por proponente.

7.7. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. As empresas licitantes deverão apresentar os seguintes documentos correspondentes à qualificação técnica:

- a) Certidão de registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Profissional Competente, para serviços de controle de vetores e pragas urbanas dedetização, desratização e similares;
- b) Declaração do responsável técnico, devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, de que acompanhará e se responsabilizará pelos serviços prestados durante todo o período de contratação;
- c) Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha executado serviços compatíveis com



o objeto da licitação. Será admitido o somatório de atestados como comprovação da capacidade do licitante para execução do objeto desta licitação;

d) O licitante deverá disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidades técnicas apresentadas;

e) Licenças Ambiental e Sanitária emitidas por autoridades competentes, na forma do art. 50 da Resolução nº RDC 52/2009 da ANVISA;

f) A Licença Ambiental deverá ser expedida pelo INEA – Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, conforme o disposto no Decreto nº 480/75 do Governo do Estado do Rio de Janeiro bem como Lei Estadual nº 7806/2017;

g) Registro da empresa junto ao conselho profissional correspondente à categoria do seu responsável técnico, em vigor e sem ressalvas em cumprimento ao artigo 9º da Lei Estadual nº 7806/2017;

h) Poderão exercer a função de Responsável Técnico em empresas de Controle de Pragas e Vetores: biólogos, veterinários, químicos, engenheiros químicos, farmacêuticos e agrônomos, que possuam comprovação para exercerem tal função, emitida pelos respectivos Conselhos de representação profissional de acordo com a Lei Estadual 7806/2017, artigo 8º, § único;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Responder pela eliminação da presença de baratas, cupins, formigas, ratos e outros das dependências internas (inclusive móveis e forros de gesso e madeira) e externas dos prédios das unidades da Secretaria Municipal de Saúde, objeto do presente conforme descrito no item 8 deste Termo de Referência.

9.2. Usar produto para dedetização e desratização que a sua composição química deixe o ambiente em condições pra uso normal dos funcionários e pacientes, em até 12h00 (doze) horas após a aplicação.

9.3. Apresentar, por escrito, antes da aplicação, o nome químico dos produtos a serem utilizados, sua fórmula química, princípio ativo, a metodologia de aplicação, seu antídoto e o seu número de registro no Ministério da Saúde e ANVISA.



9.4. Responsabilizar-se por manchas ou danos causados aos bens públicos, em razão da aplicação dos produtos.

9.5. Os equipamentos, materiais e serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas editadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade – ABNT, INMETRO, dentre outros, conforme artigo 39, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90.

9.6. A contratada deverá utilizar no tratamento apenas produtos químicos regulamentados pelo INEA. Da mesma forma, os produtos saneantes e desinfetantes utilizados devem ser devidamente registrados na ANVISA.

9.7. A prestação de serviços será realizada por profissionais devidamente habilitados, que deverão se apresentar nos locais de trabalho uniformizados, portando crachás de identificação, aseados, devendo atender com educação e presteza às solicitações da fiscalização e dos servidores lotados nos locais de execução do serviço, desde que compatíveis com o objeto da licitação.

9.8. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às normas e códigos aplicáveis ao serviço.

9.9. Os veículos para transporte dos produtos saneantes desinfetantes e equipamentos devem ser dotados de compartimento que os isolem dos ocupantes, devendo ser de uso exclusivo para atividade de controle de vetores e pragas urbanas e ainda, estar de acordo com regulamentos específicos do INEA.

9.10. O transporte de produtos e equipamentos não pode ser feito por meio de veículos coletivos em hipótese alguma, independentemente de quantidade, distâncias ou formulações.

9.11. A empresa prestadora do serviço será responsável pela garantia da imunização contra cupins subterrâneos pelo prazo de 2(dois) anos, contados da data da realização do serviço.

9.12. Após a aplicação do produto e dentro do prazo de garantia dos serviços, caso seja constatado novo foco de baratas, formigas, ratos e outros vetores e pragas urbanas, a



contratada deverá comparecer ao prédio onde foi constatado o foco no prazo máximo de 02 (dois) dias, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde.

9.13. Recolher todos os vasilhames dos produtos usados e limpar todo local que porventura venha a sujar com o produto, exceto os locais de aplicação.

9.14. A empresa especializada deverá retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso para inutilização e descarte nos termos do artigo 15 da Lei Estadual nº 7806/2017.

9.15. A empresa especializada deve fornecer, à Contratada, o comprovante de execução do serviço, contendo, informações listadas no artigo 19 da lei 7806/2017:

- a) Nome do Cliente;
- b) Endereço do imóvel;
- c) Praga(s) alvo;
- d) Data de execução dos serviços;
- e) Prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;
- f) Grupo (s) químico(s) do (s) produto (s) eventualmente utilizado(s);
- g) Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- h) Orientações pertinentes ao serviço executado;
- i) Nome do responsável técnico com o número de seu registro no conselho profissional correspondente;
- j) Número do telefone do Centro de informação toxicológica;
- k) Identificação da empresa especializada prestadora do serviço: com razão social, nome fantasia, endereço, telefone e licença do INEA;
- l) Do certificado de garantia deverá constar identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço,



telefone e números de licença do INEA, seu prazo de validade, a validade da garantia do serviço e, em seu verso, deverá constar as condições básicas de higiene e orientações sobre a garantia do serviço.

9.16. Arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: locomoção de pessoal técnico, seguros e acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhista, encargos fiscais e demais despesas necessárias à plena prestação dos serviços.

9.17. Fornecer toda mão de obra, materiais, transportes, ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços em quantidade, qualidade e tecnologia compatíveis com as necessidades dos serviços.

9.18. Empregar quantitativo necessário de funcionários, face a todos os serviços a serem executados, uma vez que o serviço poderá ser executado simultaneamente em todas unidades e setores da Secretaria Municipal de Saúde.

9.19. Apresentar seus empregados com pontualidade, de acordo com as datas e horários previamente agendados pelo CONTRATANTE, para fins de execução dos serviços contratados.

9.20. Manter os empregados, quando da execução dos serviços, ou ainda, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente uniformizados e identificados mediante uso permanente de crachá, a ser fornecido pela CONTRATADA.

9.21. Substituir, imediatamente, qualquer empregado cujo desempenho e conduta sejam considerados, pelo CONTRATANTE, inconvenientes para o desempenho das atividades.

9.22. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio da CONTRATANTE, ou de terceiros, advindos de imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, devendo adotar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as providências determinadas pela CONTRATANTE, necessárias ao ressarcimento ou à reposição, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções. Não cabe a CONTRATANTE qualquer



responsabilidade por atos de negligência do pessoal da CONTRATADA durante o horário de trabalho.

9.23. Substituir os materiais e equipamentos considerados inadequados.

9.24. Registrar a entrada e identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

9.25. Responsabilizar-se pelo treinamento e formação dos funcionários, necessários à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;

9.26. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

9.27. Apresentar, no máximo em 48 (quarenta e oito) horas após a realização dos serviços, relatórios com intercorrências, detalhando os serviços efetivamente executados e discriminando todas as áreas submetidas às aplicações;

9.28. Proceder à supervisão das atividades de gerenciamento, orientação, controle acompanhamento dos serviços, designando para tanto um preposto, o qual deverá tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos e responder junto à fiscalização.

9.29. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

9.30. Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de segurança e/ou proteção individual, inclusive aqueles utilizados sob condição rotineira;

9.31. Comunicar à Coordenação de Manutenção e Coordenação de Infraestrutura Hospitalar, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificados no curso da execução contratual;

9.32. Implantar adequadamente o planejamento, a execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências da CONTRATANTE;



9.33. Todo o material, ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados na execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA durante toda a vigência do contrato;

9.34. Além das aplicações deverão ser aplicadas dedetizações corretivas que se fizerem necessárias, a critério da fiscalização, para corrigir falhas decorrentes de aplicações gerais e sustentativas, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.35. A CONTRATADA executará os serviços com estrita observância da metodologia, organização, tecnologia e recursos materiais por ela propostos;

10. DA VISITA TÉCNICA (VISTORIA TÉCNICA)

10.1. Serão facultadas as empresas interessadas em participar do certame licitatório a realização de visita (vistoria) técnica as dependências e instalações das Unidades relacionadas, vistoriando total ciência das condições das Unidades relacionadas no presente Termo.

10.2. A vistoria poderá ser realizada por um responsável técnico credenciado da Licitante, acompanhado por um profissional designado pela Secretaria Municipal de Saúde.

10.3. A CONTRATANTE deverá marcar uma data específica para este fim.

10.4. A data da visita técnica constará no instrumento editalício.

10.5. Ao término da vistoria será emitido, em 2(duas) vias, o Termo de vistoria conforme modelo constante deste Termo de Referência.

10.6. Considera-se de grande relevância a realização da vistoria visto que propicia ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir, sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto.

10.7. A empresa que NÃO vistoriar os locais assumirá todos os riscos e ônus referentes ao não conhecimento de informações passíveis de serem adquiridas a partir desta visita, ficando ciente de que não poderá alegar qualquer desconhecimento posterior para a realização efetiva do serviço.

10.8. A licitante que optar pela não realização da Vistoria Técnica deverá entregar junto a documentação da habilitação técnica Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme



modelo constante deste Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. A Contratante obriga-se a:

11.1.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação definitiva;

11.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado pela Coordenação de Manutenção e Coordenação de Infraestrutura Hospitalar;

11.1.3. Efetuar o pagamento no prazo previsto na Lei nº 8.666/93, desde que cumpridas todas as exigências deste Termo de Referência.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços do presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

12.1.1. As notas fiscais de serviço deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Saúde – CNPJ 11.399.442/0001-79, endereço: Avenida Alberto Braune, 224, 2º andar/sala 221 – Centro/NF - CEP 28613-000;

12.1.2. Elemento de despesa utilizado em todos os programas será: 33.90.39-42 – serviços de terceiros, pessoa jurídica;

12.1.3. Fonte de recurso 07 – SUS;

12.1.4. Programas de trabalhos:

- Hospital Municipal Raul Sertão: 30001.10.302.00702.188;

- Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro: 30001.10.302.00702.189;

- Subsecretaria de Atenção Básica: 30001.10.301.00872.31;

- Estratégia de Saúde da Família: 30001.10.301.00872.318;

-CAPS:30001.10.302.0087.2.327;

- Subsecretaria de Vigilância em Saúde:
30001.10.305.0076.2.197;



- Centro de Referência em Saúde do Trabalhador: 30001.10.305.0076.2.302;

13. DA LIQUIDAÇÃO

13.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

14.2. O pagamento da despesa, assim como dispõe o item 5.7 do presente instrumento, será efetuado através de um valor fixo mensal pela prestação dos serviços, o qual levará em conta o valor correspondente a metragem das áreas interna e externa de cada Unidade Requisitante. Desta feita a Administração arcará com o valor fixo mensal de cada Unidade e Dispositivo de Saúde, consoante seus respectivos programas de trabalhos e dotação orçamentária, respeitando o valor correspondente a metragem da área interna e externa.

14.3. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

14.4. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.



14.5. O pagamento será realizado após a execução do serviço, a ser executado mensalmente conforme previsto no item 1.3 e segundo os valores unitários a serem apurados nas licitações relativas aos itens listados na cláusula quinta deste termo de referência.

15. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1. Para o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação, fica designado(a) o(a) agente público(a) abaixo informado(a):

FERNANDA NEVES DA VEIGA PACHECO – Mat. 062.384 – Gestora Titular

CERES LOURENÇO TEIXEIRA – Mat. 062.195 – Gestora Substituta

VÂNIA LÚCIA DE SOUZA – Mat. 062.434 - Superior Imediato - HMRS

GILMAR DOS PASSOS ROSA – Mat. 200.0255 – Fiscal - HMRS

ADRIANE DE JESUS SCHUENQUEL – Mat. 299.287 – Superior Imediato - HMDMDC

NÉLIO DOS SANTOS JR. - Mat. 200.0582 – Fiscal - HMDMDC

LUCIMAR FIGUEIRA RIBEIRO – Mat. 207.764 - Superior Imediato – SAB

PATRÍCIA SOARES CARVALHO - Mat. 299.080 - Fiscal Titular – SAB

FABÍOLA BRAZ PENNA – Mat. 206.692 - Superior Imediato - SUB. VIG. EM SAÚDE

MARIA APARECIDA PAULINA DA SILVA - Mat.299.088 - SUB. VIG. EM SAÚDE

15.2. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta,



informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O fiscal designado pela Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

16.2. Comete infração administrativa:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;



16.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.4. Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- c) Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

16.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

16.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

16.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17. DA RESCISÃO

17.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

17.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

- 17.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.



17.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

17.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços constante na IN – 5/2017 – Modelo Anexo VII-D.

Nova Friburgo/RJ, 01 de junho de 2021.

Termo de Referência elaborado por:

Fernanda Veiga Pacheco
Gestão de Processos e Contratos
Matrícula 062.384

Ratifico o teor do presente instrumento nos termos da Lei Federal nº 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137



TERMO DE VISTORIA – do Termo de Referência
(MODELO)

Declaramos que a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, CPF/MF sob o nº _____ visitou as dependências da(s) unidade(s) da Secretaria Municipal de Saúde, tomando conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços, objeto do presente, processo nº _____, Pregão Eletrônico nº _____ estando plenamente consciente da infraestrutura e das condições para a prestação dos serviços.

Nova Friburgo/RJ, ____de _____de 2021.

Representante da empresa

Representante da Secretaria Municipal de Saúde



DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA – do Termo de Referência
(Modelo)

A empresa _____, CNPJ _____, por intermédio do(a) Senhor(a) _____, indicado expressamente como seu representante, declara ter conhecimento do serviço a ser prestado por meio do Edital e seus Anexos, dispensando a necessidade da vistoria "in loco" prevista no Edital, assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por esta dispensa.

Nova Friburgo, ____ de ____ de 2021.

Representante da Empresa